

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

**MARINHA DO BRASIL**
CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR**(Processo Administrativo nº 63229.051035/2025-19)****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais elétricos – eletrodutos, canaletas, contatores, relés, resistências, componentes de comando e sinalizadores industriais nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN	QTD MÍN POR SOLICITAÇÃO	QTD MÁX POR SOLICITAÇÃO	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abraçadeira, tipo “D” com parafuso, para eletroduto 1”, material aço carbono, acabamento galvanizado eletrolítico, diâmetro nominal 1”, referência: 56136/004 fabricante Tramontina ou similar.	609999	UN	20	100	100	R\$ 3,52	R\$ 352,00
2	Abraçadeira, tipo “D” com parafuso, para eletroduto 3/4”, material aço carbono, acabamento galvanizado eletrolítico, diâmetro nominal 3/4”, referência: 56136/003 fabricante Tramontina ou similar.	393905	UN	20	100	100	R\$ 3,59	R\$ 359,00
3	Bloco de contato luminoso, LED universal, conector por parafuso, 230-240VCA, cor da luz branca, Referência ZBVM1 fabricante Schneider ou similar.	380656	UN	2	6	6	R\$ 94,14	R\$ 564,84
4	Bloqueio de botão fabricado em polipropileno resistente, compatível com botões tipo Cogumelo, Push Button e Chave Seletora, série 22 mm. Produto para instalação permanente, acompanhado de dois anéis para fixação. Dimensão interna aproximada de (50x60x50). Referência DBB5060, fabricante TAGOUT® ou similar.	615397	UN	3	30	30	R\$ 67,63	R\$ 2.028,90

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

5	Bloqueio de botão fabricado em polipropileno resistente, compatível com botões tipo Cogumelo, Push Button e Chave Seletora, série 22 mm. Produto para instalação permanente, acompanhado de dois anéis para fixação. Dimensão interna aproximada de (70x60x50). Referência DBB7060, fabricante TAGOUT® ou similar.	615397	UN	2	10	10	R\$ 69,33	R\$ 693,30
6	Botão de impulso redondo, cor verde, modelo faceado, tipo momentâneo, com diâmetro de montagem de 22 mm. Fabricado em ZAMAC. Bloco de contato 1NA + 1NF. Capacidade de comutação de 6 A / 230 VCA. Grau de proteção IP65. Vida mecânica aproximada de 5.000.000 de operações. Fixação por porca traseira. Referência BZ2/05+E111, fabricante ACE SCHMERSAL ou similar.	386069	UN	2	10	10	R\$ 133,66	R\$ 1.336,60
7	Botão de impulso redondo, cor vermelha, modelo faceado, tipo momentâneo, com diâmetro de montagem de 22 mm. Fabricado em ZAMAC. Bloco de contato 1NA + 1NF. Capacidade de comutação de 6 A / 230 VCA. Grau de proteção IP65. Vida mecânica aproximada de 5.000.000 de operações. Fixação por porca traseira. Referência BZ2/03+E111, fabricante ACE SCHMERSAL ou similar	308557	UN	2	10	10	R\$ 110,99	R\$ 1.109,90
8	Botoeira para ponte rolante, com 6 botões de comando e 1 botão de emergência com 2 contatos NF. Funções: sobe, desce, esquerda, direita, frente, trás (1º e 2º estágio) + emergência. Capacidade de comutação AC-15: 500 V / 2 A e 250 V / 2 A. Corrente térmica (Ith): 10 A. Tensão máxima de operação (Ui): 500 V. Resistência de contato inicial	419567	UN	2	10	10	R\$ 343,94	R\$ 3.439,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	inferior a 100 mW. Vida útil mecânica de aproximadamente 1.000.000 de operações e vida útil elétrica de aproximadamente 500.000 operações. Umidade relativa máxima: 85%. Grau de proteção IP65. Produto conforme NR-12. Referência BPR63ED, fabricante Metaltex ou similar.							
9	Botoeira pendente com 2 botões pulsantes e 1 botão de emergência. Funções: sobe e desce, com acionamento de 1 estágio. Grau de proteção IP65. Vida mecânica de 1.000.000 de operações. Tensão nominal de 240 VCA – 10 A e 380 V – 5 A. Corpo fabricado em termoplástico autoextinguível. Referência COB-P1, fabricante BHS ou similar.	419567	UN	1	4	4	R\$ 152,84	R\$ 611,36
10	Box curvo com diâmetro de 3/4", fabricado em liga de alumínio silício, com rosca BSP. Acompanha parafusos e arruela para instalação em eletroduto. Referência E001030030, fabricante WETZEL ou similar.	368424	UN	10	40	40	R\$ 11,54	R\$ 461,60
11	Bucha de eletroduto sextavada, diâmetro de 3/4", fabricada em ferro fundido nodular com galvanização eletrolítica, rosca NPT, referência MIBF02NFE, fabricante Comercialex ou similar.	231551	UN	10	50	50	R\$ 6,72	R\$ 336,00
12	Bucha de eletroduto, bitola de 1", fabricada em Alumínio Silício, com rosca BSP, referência: BUA-20 ALU fabricante WETZEL ou similar.	331716	UN	25	100	100	R\$ 2,08	R\$ 208,00
13	Bucha de eletroduto, bitola de 1/2", fabricada em Alumínio Silício, com rosca BSP, referência: BUA-10 ALU fabricante WETZEL ou similar.	245199	UN	100	200	200	R\$ 1,23	R\$ 246,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

14	BUCHA DE ELETRODUTO, bitola de 3/4", fabricada em Alumínio Silício, com rosca BSP, referência: BUA-15 ALU fabricante WETZEL ou similar.	331715	UN	50	150	150	R\$ 1,82	R\$ 273,00
15	Bucha de redução roscável, dimensões 1x3/4", fabricada em Alumínio Silício, rosca BSP, referência: BR-20/15ALU, fabricante WETZEL ou similar.	352523	UN	25	50	50	R\$ 7,29	R\$ 364,50
16	Bucha de redução roscável, dimensões 3/4"x1/2", fabricada em Alumínio Silício, rosca BSP, referência: BR-15/10 ALU, fabricante WETZEL ou similar.	359398	UN	25	50	50	R\$ 4,62	R\$ 231,00
17	Cadeado de bloqueio NR10, corpo em ABS resistente a temperatura, corrosão e produtos químicos. Haste em alumínio de 38 mm, chave multiponto com miolo de latão. Produto não condutor de energia, com sistema de retenção de chave. Chaves acompanham capa na mesma cor do cadeado. Referência CALU140CD, fabricante TAGOUT® ou similar.	289127	UN	2	6	6	R\$ 87,38	R\$ 524,28
18	Caixa de montagem elétrica, dimensões 1000 x 600 x 350 mm (AxLxP), grau de proteção IP54 e IK10. Fabricada em chapa de aço tratada com fosfato de ferro e pintura a pó. Porta removível com abertura de 130°, com borracha de vedação, tireta para cabeamento e pontos de aterramento na porta e placa de montagem. Caixa de sobrepor com flange na parte inferior para quadros maiores. Fecho com fenda metálica e placa de montagem inclusa. Caixa e porta na cor bege RAL 7032, placa de montagem na cor laranja RAL 2004. Referência 901130, fabricante Legrand ou similar.	422768	UN	1	4	4	R\$ 822,61	R\$ 3.290,44

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

19	Caixa de montagem elétrica, dimensões 400 x 400 x 250 mm (AxLxP), grau de proteção IP54 e IK10. Fabricada em chapa de aço tratada com fosfato de ferro e pintura a pó. Porta removível com abertura de 130°, com borracha de vedação, tireta para cabeamento e pontos de aterramento na porta e placa de montagem. Caixa de sobrepor com flange na parte inferior para quadros maiores. Fecho com fenda metálica e placa de montagem inclusa. Caixa e porta na cor bege RAL 7032, placa de montagem na cor laranja RAL 2004. Referência 901109, fabricante Legrand ou similar.	422768	UN	1	4	4	R\$ 224,22	R\$ 896,88
20	Caixa de partida direta para motores trifásicos de 1 CV, contendo contator e relé de sobrecarga. Tensão de comando: 220 VAC; tensão de trabalho: 380 VAC. Corrente nominal máxima: 2,8 A; faixa de ajuste do relé de sobrecarga: 1,8 a 2,8 A. Faixa de operação da bobina dos contatores: 0,85 a 1,1 x Un. Tipo de partida: direta, com tempo de aceleração aproximado de 5 segundos. Máximo de 15 manobras por hora em partida direta. Dimensões aproximadas (AxLxP): 150 x 90 x 98 mm; altura total: 155 mm. Fixação por parafusos. Entradas e saídas por prensa cabos (2 x Ø20 mm superior/inferior e 2 x Ø16 mm na base). Botão Liga-Desliga localizado na porta e botão Reset no interior. Material em termoplástico de alta resistência, com corpo preto e tampa cinza. Grau de proteção IP52. Temperatura ambiente de operação: -5 °C a +55 °C; temperatura de armazenagem: -40 °C a +70 °C. Vida mecânica aproximadamente de 1.000.000 manobras e vida elétrica	615292	UN	2	14	14	R\$ 224,43	R\$ 3.142,02

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	aproximadamente de 100.000 manobras. Equipamento em conformidade com a norma IEC 60947. Referência PDW02-1V40, fabricante WEG ou similar.							
21	Caixa de partida direta para motores trifásicos de 2 CV, contendo contator e relé de sobrecarga. Tensão de comando: 220 VAC; tensão de trabalho: 380 VAC. Corrente nominal máxima: 2,8 A; faixa de ajuste do relé de sobrecarga: 1,8 a 2,8 A. Faixa de operação da bobina dos contadores: 0,85 a 1,1 x Un. Tipo de partida: direta, com tempo de aceleração aproximado de 5 segundos. Máximo de 15 manobras por hora em partida direta. Dimensões aproximadas (AxLxP): 150 x 90 x 98 mm; altura total: 155 mm. Fixação por parafusos. Entradas e saídas por prensa cabos (2 x Ø20 mm superior/inferior e 2 x Ø16 mm na base). Botão Liga-Desliga localizado na porta e botão Reset no interior. Material em termoplástico de alta resistência, com corpo preto e tampa cinza. Grau de proteção IP52. Temperatura ambiente de operação: -5 °C a +55 °C; temperatura de armazenagem: -40 °C a +70 °C. Vida mecânica aproximadamente de 1.000.000 manobras e vida elétrica aproximadamente de 100.000 manobras. Equipamento em conformidade com a norma IEC 60947. Referência PDW02-2V40, fabricante WEG ou similar.	436353	UN	2	10	10	R\$ 191,64	R\$ 1.916,40
22	Caixa de partida direta para motores trifásicos de 3 CV, contendo contator e relé de sobrecarga. Tensão de comando: 220 VAC; tensão de trabalho: 380 VAC. Corrente nominal máxima: 2,8 A; faixa de	373784	UN	2	10	10	R\$ 179,74	R\$ 1.797,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	ajuste do relé de sobrecarga: 1,8 a 2,8 A. Faixa de operação da bobina dos contatores: 0,85 a 1,1 x Un. Tipo de partida: direta, com tempo de aceleração aproximado de 5 segundos. Máximo de 15 manobras por hora em partida direta. Dimensões aproximadas (AxLxP): 150 x 90 x 98 mm; altura total: 155 mm. Fixação por parafusos. Entradas e saídas por prensa cabos (2 x Ø20 mm superior/inferior e 2 x Ø16 mm na base). Botão Liga-Desliga localizado na porta e botão Reset no interior. Material em termoplástico de alta resistência, com corpo preto e tampa cinza. Grau de proteção IP52. Temperatura ambiente de operação: -5 °C a +55 °C; temperatura de armazenagem: -40 °C a +70 °C. Vida mecânica aproximadamente de 1.000.000 manobras e vida elétrica aproximadamente de 100.000 manobras. Equipamento em conformidade com a norma IEC 60947. Referência PDW02-3V40, fabricante WEG ou similar.							
23	Caixa de partida direta para motores trifásicos de 4 CV, contendo contator e relé de sobrecarga. Tensão de comando: 220 VAC; tensão de trabalho: 380 VAC. Corrente nominal máxima: 2,8 A; faixa de ajuste do relé de sobrecarga: 1,8 a 2,8 A. Faixa de operação da bobina dos contatores: 0,85 a 1,1 x Un. Tipo de partida: direta, com tempo de aceleração aproximado de 5 segundos. Máximo de 15 manobras por hora em partida direta. Dimensões aproximadas (AxLxP): 150 x 90 x 98 mm; altura total: 155 mm. Fixação por parafusos. Entradas e saídas por prensa cabos (2 x Ø20 mm superior/inferior e 2 x	600188	UN	2	10	10	R\$ 212,01	R\$ 2.120,10

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	Ø16 mm na base). Botão Liga-Desliga localizado na porta e botão Reset no interior. Material em termoplástico de alta resistência, com corpo preto e tampa cinza. Grau de proteção IP52. Temperatura ambiente de operação: -5 °C a +55 °C; temperatura de armazenagem: -40 °C a +70 °C. Vida mecânica aproximadamente de 1.000.000 manobras e vida elétrica aproximadamente de 100.000 manobras. Equipamento em conformidade com a norma IEC 60947. Referência PDW02-4V40, fabricante WEG ou similar.							
24	Caixa de partida direta para motores trifásicos de 5 CV, contendo contator e relé de sobrecarga. Tensão de comando: 220 VAC; tensão de trabalho: 380 VAC. Corrente nominal máxima: 2,8 A; faixa de ajuste do relé de sobrecarga: 1,8 a 2,8 A. Faixa de operação da bobina dos contatores: 0,85 a 1,1 x Un. Tipo de partida: direta, com tempo de aceleração aproximado de 5 segundos. Máximo de 15 manobras por hora em partida direta. Dimensões aproximadas (AxLxP): 150 x 90 x 98 mm; altura total: 155 mm. Fixação por parafusos. Entradas e saídas por prensa cabos (2 x Ø20 mm superior/inferior e 2 x Ø16 mm na base). Botão Liga-Desliga localizado na porta e botão Reset no interior. Material em termoplástico de alta resistência, com corpo preto e tampa cinza. Grau de proteção IP52. Temperatura ambiente de operação: -5 °C a +55 °C; temperatura de armazenagem: -40 °C a +70 °C. Vida mecânica aproximadamente de 1.000.000 manobras e vida elétrica aproximadamente de 100.000 manobras. Equipamento em	613934	UN	2	10	10	R\$ 251,12	R\$ 2.511,20

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	conformidade com a norma IEC 60947. Referência PDW04-5V40, fabricante WEG ou similar.							
25	Canaleta para painel elétrico, parede semiaberta, fabricada em PVC autoextinguível com grau de flamabilidade UL 94 V-0. Cor cinza, dimensões 30 x 50 mm (LxA), barra de 2 metros. Conforme norma IEC 61084-1. Referência HD3PF-30x50-GY, fabricante HellermannTyton ou similar.	323946	UN	4	16	16	R\$ 55,53	R\$ 888,48
26	Canaleta para painel elétrico, parede semiaberta, fabricada em PVC autoextinguível com grau de flamabilidade UL 94 V-0. Cor cinza, dimensões 50 x 50 mm (LxA), barra de 2 metros. Conforme norma IEC 61084-1. Referência HD4PF-50x50-GY, fabricante HellermannTyton ou similar.	323946	UN	2	10	10	R\$ 70,52	R\$ 705,20
27	Canaleta plástica para painel elétrico, parede fechada sem divisória, fabricada em PVC autoextinguível com grau de flamabilidade UL 94 V-0. Cor branca, dimensões 20 x 10 mm (LxA), barra de 2 metros. Conforme norma IEC 61084-1. Referência HTA2010-WH, fabricante HellermannTyton ou similar.	411531	UN	10	40	40	R\$ 12,88	R\$ 515,20
28	Canaleta plástica para painel elétrico, parede fechada, fabricada em PVC autoextinguível com grau de flamabilidade UL 94 V-0. Cor branca, dimensões 50 x 20 mm (LxA), barra de 2 metros. Conforme norma IEC 61084-1. Referência HTA5020-WH, fabricante HellermannTyton ou similar.	411531	UN	2	10	10	R\$ 63,50	R\$ 635,00
29	Chave fim de curso com ruptura positiva e ação rápida, fabricada em material plástico. Contato 1 NA + 1 NF. Acionador em pistão metálico com revestimento em	406278	UN	1	4	4	R\$ 151,00	R\$ 604,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	termoplástico. Força de acionamento 12 N (pico 27 N), velocidade máxima 0,5 m/s. Tensão nominal 500 V, corrente nominal 10 A. Grau de proteção IP67. Referência ZS 336 11Z, fabricante ACE Schmersal ou similar.							
30	Chave reversora sem posição zero, 1 pólo, com manopla cinza. Fixação pelo topo e frontal para painel. Corrente nominal 16 A em AC-1, potência 2,4 kW, tensão 220 Vca. Conforme norma VDE 0660. Referência WS1/16E, fabricante Efe Semitrans ou similar.	373778	UN	1	4	4	R\$ 173,89	R\$ 695,56
31	Chave seccionadora para tensão CC, corrente térmica 58 A, tensão de isolamento 1000 V, tensão nominal de impulso 8 kV, corrente nominal de curta duração (1 s) 580 A. Contatos 2x2 em paralelo. Referência KGD58.TD302/BRA001.VE2, fabricante Kraus & Naimer ou similar.	462295	UN	1	4	4	R\$ 1.230,75	R\$ 4.923,00
32	Chave seletora bipolar com 2 posições (Abrir e Fechar), equipada com manopla para operação manual. Referência CBC4/20E+Z101+Z102+Z107+HS, fabricante EFE Semitrans ou similar.	455282	UN	1	4	4	R\$ 2.524,38	R\$ 10.097,52
33	Chave seletora de 1 pólo e 3 posições, sem posição zero, fixação pelo topo. Corrente nominal de 10 A em AC-1/AC-21. Referência ST31/10E, fabricante EFE Semitrans ou similar.	455282	UN	1	4	4	R\$ 158,10	R\$ 632,40
34	Condutele tipo C, dimensão 3/4", fabricado em alumínio sem pintura, com tampa cega e sem rosca.	626108	UN	10	20	20	R\$ 18,99	R\$ 379,80
35	Condutele tipo C, dimensão 3/4", sem rosca, corpo injetado em liga de alumínio silício com alta resistência mecânica e à corrosão,	626108	UN	10	20	20	R\$ 19,89	R\$ 397,80

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	com proteção certificada à prova de TGVP							
36	Condutele tipo E, dimensão $\frac{3}{4}$ ", fabricado em alumínio sem pintura, com tampa cega, sem rosca.	458397	UN	10	20	20	R\$ 13,99	R\$ 279,80
37	Condutele tipo E, dimensão $\frac{3}{4}$ ", sem rosca, corpo injetado em liga de alumínio silício com alta resistência mecânica e à corrosão, com proteção certificada à prova de TGVP.	458397	UN	10	20	20	R\$ 14,90	R\$ 298,00
38	Condutele tipo LL, dimensão $\frac{3}{4}$ ", fabricado em alumínio sem pintura, com tampa cega, sem rosca.	458395	UN	10	20	20	R\$ 16,58	R\$ 331,60
39	Condutele tipo LL, dimensão $\frac{3}{4}$ ", sem rosca, corpo injetado em liga de alumínio silício com alta resistência mecânica e à corrosão, com proteção certificada à prova de TGVP	396916	UN	10	20	20	R\$ 17,02	R\$ 340,40
40	Conexão reta sem rosca e sem vedação, para eletroduto de dimensão $\frac{3}{4}$ ", fabricada em alumínio silício. Referência: CS-15 ALU S/Ved, fabricante: WETZEL ou similar.	427504	UN	25	50	50	R\$ 5,90	R\$ 295,00
41	Contator auxiliar, tensão da bobina 230VCA, contato 3NA + 1NF ao repouso, corrente nominal 10A, frequência 50-60Hz, montagem em trilho DIN TS35, vida útil mecânica de aproximadamente 30.000.000 de manobras, conforme norma IEC 60947. Referência 3RH1131-1AN20, fabricante Siemens ou similar.	261466	UN	2	4	4	R\$ 99,99	R\$ 399,96
42	Contator auxiliar, tensão da bobina 220VCA, contato 2NA + 2NF ao repouso, corrente nominal 10A, frequência 50-60Hz, montagem em trilho DIN TS35, vida útil mecânica de aproximadamente 30.000.000 manobras, conforme norma IEC 60947. Referência 3RH2122-	306713	UN	1	4	4	R\$ 133,72	R\$ 534,88

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	2AN20, fabricante Siemens ou similar.							
43	Contator de potência tripolar, corrente nominal 150A, categoria AC-3, tensão de operação 380VCA, tensão da bobina 220VCA, frequência 50/60Hz, bloco lateral com 1NA + 1NF, compatível com blocos de contato e relé de sobrecarga do modelo de referência, conforme normas IEC 60947 e VDE0660. Referência LC1G150KUEN, fabricante Schneider Electric ou similar.	281845	UN	1	4	4	R\$ 4.329,60	R\$ 17.318,40
44	Contator de potência tripolar, corrente nominal 185A, categoria AC3, tensão de operação 380VCA, tensão bobina 110VCA, frequência 50/60Hz, bloco auxiliar 1NA + 1NF, montagem em trilho DIN TS35, compatível com blocos de contato do modelo de referência, conforme IEC 60947 e VDE0660. Referência LC1G185KUEN, fabricante Schneider Electric ou similar.	353559	UN	1	4	4	R\$ 4.339,99	R\$ 17.359,96
45	Contator de potência tripolar, corrente nominal 400A em categoria AC3, tensão 380VCA, bobina 110VCA, frequência 50-60Hz, montagem em trilho DIN TS35, com no mínimo 2NA + 2NF em contatos auxiliares, compatível com blocos de contato do modelo de referência, conforme IEC 60947 e VDE0660. Referência 3RT1075-6AF36, fabricante Siemens ou similar.	369287	UN	1	4	4	R\$ 13.199,99	R\$ 52.799,96

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

46	Contator de potência tripolar, corrente nominal 400A em categoria AC3, tensão 380VCA, bobina 220VCA, frequência 50-60Hz, montagem em trilho DIN TS35, com no mínimo 2NA + 2NF em contatos auxiliares, compatível com blocos de contato do modelo de referência, conforme IEC 60947 e VDE0660. Referência 3RT1075-6AP36, fabricante Siemens ou similar.	369287	UN	1	4	4	R\$ 8.985,68	R\$ 35.942,72
47	Contator de potência tripolar, corrente nominal 500A em categoria AC3, tensão 380VCA, bobina 220VCA, frequência 50-60Hz, montagem em trilho DIN TS35, com no mínimo 2NA + 2NF em contatos auxiliares, compatível com blocos de contato do modelo de referência, conforme IEC 60947 e VDE0660. Referência 3RT1076-6AP36, fabricante Siemens ou similar.	369287	UN	1	4	4	R\$ 14.280,90	R\$ 57.123,60
48	Curva para eletroduto 90°, Ø 3/4", pesada, material aço, galvanizada a fogo, raio mín. 102mm, com rosca nas duas pontas, espessura mín. de parede 2,25mm, ref.: EC-EDN 72, fabricante Elecon ou similar.	458349	UN	10	20	20	R\$ 13,29	R\$ 265,80
49	Derivação para perfilado, para eletroduto 3/4", material chapa 16, pré galvanizado, para perfilado 38x38mm, ref.: 936225GF, fabricante Cemar Legrand ou similar.	400001	UN	10	20	20	R\$ 13,06	R\$ 261,20

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

50	Dispositivo de proteção contra surtos (DPS), com sinalização local, 1 pólo, tensão nominal de operação 230 (+/-10%) VCA, frequência 50/60 Hz, corrente nominal de descarga 5 kA, corrente máxima de descarga 20 kA, tensão máxima contínua de operação 350 V, nível máximo de proteção de tensão <1,1 kV, conforme normas EN 61643-11:2012 e IEC 61643-11:2011, ref.: A9L20100, fabricante Schneider Electric ou similar.	620773	UN	2	20	20	R\$ 336,65	R\$ 6.733,00
51	Eletroduto flexível Sealtubo, 1/2", alma de aço galvanizado, revestido em PVC, conforme normas UL-360, UL 94VO, NBR 7008 e NBR 7013, ref.: EFRP60-012-30, fabricante EKOFLEX ou similar.	627481	M	30	60	60	R\$ 7,00	R\$ 420,00
52	Eletroduto flexível Sealtubo, 3/4", alma de aço galvanizado, revestido em PVC, conforme normas UL-360, UL 94VO, NBR 7008 e NBR 7013, ref.: EFRP60-034-30, fabricante EKOFLEX ou similar.	614414	M	30	60	60	R\$ 10,10	R\$ 606,00
53	Eletroduto rígido Ø 3/4" x 0,90 mm (E), padrão médio, fabricado em aço carbono com costura, galvanização a fogo para proteção anticorrosiva, extremidades com luvas e proteção mecânica nas roscas, barra 3 m.	353854	UN	5	20	20	R\$ 46,04	R\$ 920,80
54	Eletroduto rígido Ø 3/4" x 2,25 mm (E), padrão pesado, fabricado em aço carbono com costura, galvanização a fogo para proteção anticorrosiva, rosca externa NPT nas duas extremidades, com luvas e proteção mecânica nas roscas, barra 3 m.	424163	UN	3	30	30	R\$ 90,99	R\$ 2.729,70
55	Eletroduto rígido Ø 3/4", padrão leve, rosca BSP, fabricado em ferro galvanizado, barra 3 m, conforme NBR 5624.	614414	UN	5	20	20	R\$ 18,39	R\$ 367,80

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

56	Interruptor de alavanca metálica, bipolar, corrente nominal 15A em 120VCA ou 10A em 250VCA para cargas resistivas, porca padrão e terminal parafuso. Referência 14223 A1B1P1Q, fabricante Margirius ou similar.	483582	UN	5	10	10	R\$ 55,34	R\$ 553,40
57	Interruptor de alavanca metálica, unipolar, corrente nominal 15A em 120VCA ou 10A em 250VCA para cargas resistivas, porca padrão e terminal parafuso. Referência 14123 A1B1P1Q, fabricante Margirius ou similar.	423818	UN	5	10	10	R\$ 42,56	R\$ 425,60
58	Luva de emenda ALU 3/4", fabricada em alumínio, com 2 parafusos de aperto, indicada para instalação externa (ao tempo). Referência: LS-15 ALU S/VED, fabricante: WETZEL ou similar.	344878	UN	20	40	40	R\$ 7,00	R\$ 280,00
59	Luva de emenda sem rosca e sem vedação, fabricada em alumínio silício, para eletroduto Ø 3/4".	344878	UN	50	100	100	R\$ 2,22	R\$ 222,00
60	Luva de emenda, fabricada em alumínio silício fundido, sem rosca, Ø 3/4" para eletroduto. referência LVI-15 C/ VED INT, fabricante Wetzel ou similar.	316907	UN	5	15	15	R\$ 28,28	R\$ 424,20
61	Relé de monitoramento trifásico, faixa de medição de tensão 300-500 Vca (fase-fase), frequência 50/60 Hz, temporização de 0,1-30 s, contatos 2NA/F (SPDT), durabilidade mecânica de aproximadamente 30.000.000 ciclos, em conformidade com as normas CAN/CSA C22.2 No.14, IEC/EN 63000, IEC/EN 60255-27, IEC/EN 61000-6-2, IEC/EN 61000-6-3, UL 508, referência CM-MPS.41S, fabricante ABB ou similar.	340473	UN	1	4	4	R\$ 891,00	R\$ 3.564,00
62	Relé fotoeletrônico, tensão de alimentação 105-275V, potência resistiva até 1000W, com base	433499	UN	2	10	10	R\$ 61,17	R\$ 611,70

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	para fixação, ref.: RE 83/D, fabricante ILUMATIC ou similar.							
63	Relé microprocessado trifásico de supervisão, funções ANSI 59/27/47/60, display de 3 dígitos de alta luminosidade para voltímetro trifásico, programação e acesso a registros, 10 LEDs de sinalização, 4 teclas de programação/reset, faixa de operação de 10 a 600 Vca, tensão auxiliar de 40 a 250 Vca/Vcc, frequência 50/60Hz, retardo de atuação para sobretensão, subtensão, desequilíbrio de tensão e sequência de fase, bloqueio de subtensão, habilitação de detecção de tensão nula e sensibilidade para detecção de "fase fantasma". Dimensões: altura 75 mm, largura 55 mm e profundidade 105 mm. Referência: Relé TST 10 600V-40-250VCA/VCC, fabricante Pextron ou similar.	378867	UN	1	4	4	R\$ 2.973,58	R\$ 11.894,32
64	Relé mini para circuito impresso, 2 contatos DPDT, 2 bobinas biestável DC, tensão das bobinas 12V DC, corrente dos contatos 8A a 250V AC, 9 pinos para montagem em PCB. Referência: modelo 41.52.6.012.4016, fabricante Finder ou similar.	238799	UN	4	20	20	R\$ 62,00	R\$ 1.240,00
65	Relé programador horário, 1 contato, programação diária, tensão de alimentação 230VAC, corrente nominal 16A, carga nominal em AC15 (230 V AC) 420 VA, grau de proteção IP 20, largura 17,5 mm, montagem em trilho de 35 mm, em conformidade com a norma EN 60715, ref.: 12.11.8.230.0000, fabricante Finder, ou similar.	615337	UN	1	4	4	R\$ 364,31	R\$ 1.457,24
66	Resistência bainha, sem aletas, material aço inoxidável 304, comprimento 310mm, potência 500W, tensão 220V, conexão	454521	UN	1	4	4	R\$ 333,38	R\$ 1.333,52

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	por dois parafusos M5, furos de fixação nas extremidades, ref.: BI-0531, fabricante Palley ou similar.							
67	Resistência elétrica flangeada, monofásica, potência 2500W, tensão nominal 220VCA, blindada em tubo circular de diâmetro 11,2mm em aço inox AISI 304, comprimento total da flange ao elemento 240mm, soldada em flange de latão, rosca 1.1/2", BSP.	476581	UN	1	10	10	R\$ 430,00	R\$ 4.300,00
68	Resistência tubular aletada, tensão 220V, potência de 150W, corrente nominal 0,7A, resistividade de 300 ohms, comprimento total de 300mm, largura total 60mm, distância entre terminais de conexão 50mm.	476581	UN	2	60	60	R\$ 289,64	R\$ 17.378,40
69	Resistência tubular, aletada, material aço inoxidável 304, diâmetro 11,2mm, comprimento 300mm, potência 1000W, tensão 220V, aletas 57x34mm, conexão por dois parafusos com isolador cerâmico, ref.: RAU-1030/220, fabricante Palley ou similar.	454523	UN	2	10	10	R\$ 291,71	R\$ 2.917,10
70	Resistência tubular, aletada, material aço inoxidável 304, diâmetro 11,2mm, comprimento 450mm, potência 2500W, tensão 220V, aletas 57x34mm, conexão por dois parafusos com isolador cerâmico, ref.: RAU-2545/220, fabricante Palley ou similar.	446563	UN	1	4	4	R\$ 340,00	R\$ 1.360,00
71	Resistência tubular, aletada, material aço inoxidável 304, diâmetro 11,2mm, comprimento 500mm, potência 2000W, tensão 380V, aletas 57x34mm, conexão por dois parafusos com isolador cerâmico, ref.: RAU-2045/380, fabricante Palley ou similar.	454517	UN	2	20	20	R\$ 310,00	R\$ 6.200,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

72	Resistor, filme metálico, axial, potência 2W, resistência 4K7, tolerância 5%.	212285	UN	100	500	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
73	Resistor, filme metálico, axial, potência 2W, resistência 56K, tolerância 5%.	212265	UN	100	500	500	R\$ 0,95	R\$ 475,00
74	Resistor, filme metálico, axial, potência 2W, resistência 6K8, tolerância 5%.	212265	UN	100	500	500	R\$ 1,10	R\$ 550,00
75	Resistor, filme metálico, axial, potência 2W, resistência 8K2, tolerância 5%.	212265	UN	100	500	500	R\$ 1,00	R\$ 500,00
76	Resistor, porcelana, radial, potência 5W, resistência 3R3, tolerância 1%.	452858	UN	50	100	100	R\$ 2,02	R\$ 202,00
77	Seccionadora rotativa, tripolar, tensão de operação 690 V, tensão de isolamento 800 V, tensão de impulso suportável a partir de 4 kV, corrente lth 125 A, frequência 50/60 Hz, classe de proteção da manopla IP65, classe de proteção dos terminais IP20, vida mecânica de aproximadamente 100.000 operações, fixação pela base, com haste de no mínimo 300 mm, em conformidade com as normas IEC 60947-3/UL 508 e NR-12. Referência: MSW 125 B3 H, fabricante WEG ou similar.	632190	UN	1	6	6	R\$ 907,60	R\$ 5.445,60
78	Sinaleiro luminoso monobloco, com soquete, cor verde, diâmetro de 22mm, faceado, fabricado em ZAMAC, tensão 220VCA. Referência: SM22/15 220VCA, fabricante: ACE SCHMERSAL ou similar.	601473	UN	10	20	20	R\$ 12,91	R\$ 258,20
79	Sinaleiro luminoso monobloco, com soquete, cor verde, diâmetro de 22mm, faceado, fabricado em ZAMAC, tensão 24VDC. Referência: SM22/15 24VDC, fabricante: ACE SCHMERSAL ou similar.	393423	UN	10	20	20	R\$ 12,62	R\$ 252,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

80	Sinaleiro luminoso monobloco, com soquete, cor vermelho, diâmetro de 22mm, faceado, fabricado em ZAMAC, tensão 220VCA. Referência: SM22/13 220CA, fabricante: ACE SCHMERSAL ou similar.	601476	UN	10	20	20	R\$ 11,99	R\$ 239,80
81	Sinaleiro luminoso monobloco, com soquete, cor vermelho, diâmetro de 22mm, faceado, fabricado em ZAMAC, tensão 24VDC. Referência: SM22/13 24VDC, fabricante: ACE SCHMERSAL ou similar.	619646	UN	10	20	20	R\$ 14,00	R\$ 280,00
82	Sinaleiro luminoso, com soquete, led na cor verde, diâmetro 30mm, saliente, lente redonda e translúcida, material zamac, 220VCA, conforme IEC 947, certificação UL e CE, ref.: VZ302/15+L001+S1LS/15 BA9S, fabricante ACE Schmersal ou similar.	483050	UN	2	12	12	R\$ 138,49	R\$ 1.661,88
83	Sinaleiro luminoso, com soquete, led na cor vermelho, diâmetro 30mm, saliente, lente redonda e translúcida, material zamac, 220VCA, conforme IEC 947, certificação UL e CE, ref.: NVZ302/13+L001+S1LS/13 BA9S, fabricante ACE Schmersal ou similar.	483051	UN	2	12	12	R\$ 138,49	R\$ 1.661,88
84	Suporte guia protetor, altura H = 200 mm, fabricado em aço galvanizado a fogo, com roldana em polipropileno, modelo reforçado, base reta com fixação horizontal para aparafusar, contendo 2 furos para fixação, diâmetro dos furos de 10 mm e distância entre centros de 83 mm. Referência: TEL240, fabricante: Termotécnica ou similar.	613332	UN	10	20	20	R\$ 15,18	R\$ 303,60
85	Tampão de vedação para condutele múltiplo 3/4". Referência Tramontina ou similar.	394452	UN	200	1000	1000	R\$ 0,44	R\$ 440,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

86	Tampão redondo para painéis elétricos, série 22 mm, fabricado em material termoplástico, cor preta, com grau de proteção IP65. Código 120228, modelo Z/422, fabricante Ace Schmersal ou similar.	324793	UN	10	20	20	R\$ 11,90	R\$ 238,00
87	Tampão redondo para painéis elétricos, série 30 mm, fabricado em material termoplástico, cor preta, com grau de proteção IP65. Código 120229, modelo Z/430, fabricante Ace Schmersal ou similar.	324793	UN	10	20	20	R\$ 12,11	R\$ 242,20
88	Temporizador modular, com 7 funções de temporização (4 com start interno e 3 com start externo), seis escalas de tempo de 0,1 s a 10 h, tensão de 12 a 230 V AC/DC, corrente nominal de 16 A, montagem em trilho DIN de 35 mm. Referência: 810102300000, fabricante: Finder ou similar.	455137	UN	1	4	4	R\$ 403,34	R\$ 1.613,36
89	Termostato mecânico com sensor bimetálico, faixa de temperatura de 0 a 60°C, tensão de entrada 250 VCA, contato de saída 1NF para aquecimento, potência de 30 W CC, com 4 terminais para fixação de cabos até 2,5 mm², montagem em trilho DIN 35 mm, dimensões externas aproximadas de 68 x 33 x 44 mm (AxLxP), grau de proteção IP20, autoextinguível conforme norma UL94, vida útil estimada em 100.000 ciclos. Referência: NSYCCOTHC, fabricante: Schneider Electric ou similar.	455485	UN	1	6	6	R\$ 178,99	R\$ 1.073,94

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

90	Termostato mecânico, sensor bimetálico, faixa de temperatura 0 a 60°C, tensão de entrada 250Vca, contato de saída 1NA para ventilação, potência 30W CC, 4 terminais com capacidade de fixação de cabos até 2,5mm², montagem em trilho DIN 35mm, dimensões externas aprox. 68x33x44mm (AxLxP), grau de proteção IP 20, autoextinguível conforme UL94, vida útil de 100000 ciclos, ref.: NSYCCOTHO, fabricante Schneider Electric ou similar.	455485	UN	1	6	6	R\$ 167,99	R\$ 1.007,94
----	---	--------	----	---	---	---	------------	--------------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 100 (cem) dias contados do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

1.5.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000153/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025;
- III) Id do item no PCA: 90;
- IV) Classe/Grupo: 5999;
- V) Identificador da Futura Contratação: 742030-97/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Tratando-se os bens, objeto desta licitação, de produtos cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº. 23, de 14/11/2024, sob um dos códigos a seguir: 5-2, 5-4 ou afins (códigos relacionados a fabricação de material elétrico, eletrônico ou correlatos); só será admitida a oferta de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei Nº. 6.938, de 1981; ou, alternativamente, fornecer declaração justificando a impossibilidade de apresentar tal comprovação de cadastramento, tendo o fornecedor realizado diligência junto ao fabricante.

4.1.2. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de energia elétrica e água tratada;

4.1.4. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

4.1.5. Utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis (recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis) e de menor impacto ambiental;

4.1.6. Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilizem materiais recicláveis e atóxicos, conforme determinam as normas da ABNT NBR 15448-1 E 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização;

4.1.7. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.8. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Estrada Sorocaba/Iperó, KM 12,5, Iperó/SP, no horário das 09:00 às 16:00 horas em dias úteis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

6.2.4. Multa:

6.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

6.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

6.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

6.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

6.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

6.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

6.2.4.7.1. Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos a Administração;

6.2.4.7.2. Descumprimento de obrigações acessórias ou secundárias não classificadas em outra categoria de infração contratual;

6.2.4.7.3. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

6.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

7.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/01/2026.

7.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

8.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

8.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$315.723,94 (trezentos e quinze mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Unidade Gestora Responsável: 742030 - CINA;

Unidade Gestora Executante: 742050 – CeITMSP;

II) Fonte de Recursos(FR): 1000000000 - Recursos Livres da União;

III) Programa de Trabalho: Tecnologia Nuclear da Marinha;

Programa de Governo: 6112 – Defesa Nacional;

Ação Orçamentária: 14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha (PGov 6112);

IV) Elemento de Despesa: 449030; e

V) Plano Interno: U499OP0/ U499MN0.

10.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Anexos:

- Apêndice A
- Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
- Anexo II – Modelo de termo de ciência e concordância

Iperó, SP, na data da assinatura.

GIRLENE LIMA RIBEIRO
Primeiro-Tenente (RM2-EN)
Encarregada de Seção

FELIPE LEMOS CHAVES
Capitão de Corveta (EN)
Superintendente de Operação

Após análise administrativa, APROVO, nos termos do artigo 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ressaltando que a análise de natureza técnica é de competência do Setor Requisitante.

JOSMAR CARREIRO FREITAS
Capitão de Mar e Guerra (EN)
Diretor

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo/SP, (10ª Subseção Judiciária de São Paulo) para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)